

## CORREIO DE CAMPINAS



Vagner Romão

### “COP 30 e as cidades” debate papel dos municípios no clima

A Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente e Enfrentamento aos Efeitos das Mudanças Climáticas, da Câmara Municipal de Campinas, realiza neste sábado (8) o encontro “COP 30 e as Cidades”, com o objetivo de discutir como os municípios podem contribuir de forma efetiva para o enfrentamento da crise climática. O evento acontece a partir das 9h, no Sindicato, e reúne pesquisadores da Unicamp, ambientalistas e representantes do poder público. Segundo o

vereador Wagner Romão (PT), presidente da Frente, a iniciativa busca aproximar o debate global das realidades locais, incentivando políticas públicas que unam sustentabilidade. “A COP 30 deve inspirar políticas públicas locais que enfrentem de forma concreta os desafios ambientais. Campinas e outras cidades precisam se ver como protagonistas na luta contra a crise climática, com ações que unam sustentabilidade, justiça social e inovação”, afirmou.

#### Natal sem Fome neste sábado

A Prefeitura de Campinas promove neste sábado (8), das 9h às 14h, no Paço Municipal, o Dia D da campanha Natal sem Fome 2025, mobilização solidária que reforça as ações de combate à insegurança alimentar na cidade. A iniciativa reúne poder público, empresas, veículos de comunicação e instituições parceiras na

Rogério Capela/Prefeitura de Campinas



Podem ser doados alimentos não perecíveis

### Motociata Novembro Azul será neste sábado

A 2ª Motociata Novembro Azul de Campinas (SP) será realizada neste sábado (8) com saída às 10h do Espaço Warrior. É gratuita e aberta à participação com qualquer tipo de moto. A concentração está marcada para as 9h. A chegada será no Centro de Oncologia Campinas (COC), onde serão dadas orientações sobre câncer de próstata e distribuídos folhetos com informações sobre sintomas, riscos, tratamentos e grupos mais suscetíveis. Visa “incenti-

var os homens a quebrarem o tabu em torno de exames preventivos, como o toque retal e o PSA (antígeno prostático específico), que podem salvar vidas”, declara o oncologista do Centro, Fernando Medina. “Cerca de 95% dos tumores já estão avançados quando os sintomas aparecem”, esclarece o médico. De acordo com estimativas do Inca para o triênio 2023-2025, serão diagnosticados 71.730 novos casos de câncer de próstata por ano no Brasil.

#### Confira o trajeto a ser percorrido

A motociata sairá do Espaço Warrior, na Avenida Barão de Itapura, 3.030 e passará pela Castro Alves, Júlio Diniz, Gerônimo Baggio, Imperatriz Leopoldina, Torre do Castelo, Andrade Neves, novamente pela Barão de Itapura, Carolina Florence, pelo Tapetão e chegará à Rua Alberto de Salvo, 311, onde



Corpo de Bombeiros cortou ipê-roxo, de cerca de 60 anos, 18 metros, saudável e vigorosa

## Ipê-roxo extraído por Bombeiros estava saudável

Árvore encontrava-se em excelente estado, aponta laudo

Por Moara Semeghini

O Ipê-roxo protegido por lei, cortado pelo Corpo de Bombeiros na última semana em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores, no bairro Cambuí, em Campinas (SP), estava saudável e apto à permanência no local. De acordo com o exame de tomografia de impulso, técnica capaz de diagnosticar a saúde da árvore, realizada nessa quarta-feira (5), a pedido do Comdema (Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Campinas), a árvore encontrava-se em excelente estado de conservação e sem nenhum sinal de deterioração interna.

O engenheiro florestal e agrônomo, José Hamilton de Aguirre Junior, membro da comissão técnica de arborização urbana do Comdema, e equipe, fizeram análise completa do que restou da árvore, vo-

luntariamente. “A integridade interna do exemplar está plenamente preservada, sem a presença de ocos, danificações ou podridão, conforme atestado pelas imagens”, disse. Segundo o engenheiro, os procedimentos de exame incluiram a inspeção geral do tronco, a qualidade aparente de sua estrutura externa e a verificação das condições do seu entorno.

O ipê-roxo (*Handroanthus impetiginosus*) que foi suprimido irregularmente pelos bombeiros dia 28 de outubro, tinha de 18 metros de altura, cerca de 60 anos, e era um exemplar declarado imune ao corte em Campinas, ou seja, protegido por lei municipal e não pode ser cortado, removido, podado de forma drástica ou sofrer qualquer dano sem autorização expressa da Prefeitura. A árvore ficava no canteiro central loca-

lizado em frente a Igreja Nossa Senhora das Dores, 1212, na Rua Maria Monteiro.

O engenheiro ambiental explica que a tomografia de impulso caracteriza a parte interna do exemplar e prova que a árvore estava intacta, o que invalida a alegação de risco iminente, defendida pelo corpo de bombeiros.

“O ipê-roxo histórico, protegido por legislação específica de imunidade ao corte foi suprimido irregularmente pelos bombeiros, que alegam risco iminente de queda, sem solicitar apresentação de documentação”, disse Aguirre Junior. “Em todas essas avaliações e inspeções, o indivíduo foi considerado saudável e apto à permanência no local. Os exames foram a inspeção geral do toco, de sua qualidade externa aparente, do estado do canteiro e arredores”.

Esta árvore já havia passado por seguidas avaliações técnicas pela ONG Movimento Resgate o Cambuí nos anos de 2007, 2012, 2017 e 2022 e por uma avaliação mais recente, realizada em julho de 2024. “Todos esses estudos já constataram a saúde do exemplar, bem como condições para sua preservação no local, inexistindo qualquer razão técnica, que fundamenta a possibilidade de supressão”, afirmou. A árvore era imune ao corte, por força de legislação municipal específica: o decreto nº 16.011, de 3 de outubro de 2007.

Em nota, a Secretaria de Serviços Públicos informou que não fez a extração ou a poda da árvore e que solicitou ao Corpo de Bombeiros, que executou o serviço, explicação sobre o motivo de ter feito a retirada da árvore e de não ter solicitado ou informado ao DPJ.

## TJ suspende resolução sobre arborização urbana; Comdema recorre

Por Moara Semeghini

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) concedeu liminar favorável à Prefeitura de Campinas em ação que contesta a Resolução nº 003 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema). A decisão, publicada nesta quarta-feira (5), suspende os efeitos da norma que obrigava consulta prévia ao Conselho para qualquer intervenção em árvores localizadas em áreas públicas.

O relator, desembargador Gomes Varjão, afirmou que a resolução poderia “impedir a necessária manutenção da arborização urbana”, expondo a população e o patrimônio a riscos. A Prefeitura argumentou que a medida do Conselho seria inconstitucional, por invadir atribuições da administração municipal e contrariar a Lei Orgânica do Município.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Município classificou a decisão como “um passo importante para assegurar que a gestão ambiental ocorra com equilíbrio entre proteção ecológica e respeito às normas constitucionais”.

O presidente do Comdema, Tiago Fernandes Lira, disse que o Conselho não foi informado previamente da ação judicial e considerou a liminar “um retrocesso grave” na política ambiental da cidade. “É um absurdo muito grande a decisão do desembargador, e obviamente vamos recorrer. Defendemos



Árvore da espécie magnólia-amarela que foi cortada nesta segunda-feira (3)

uma tese diferente, que sustenta o licenciamento ambiental no município e garante a participação popular prevista na Lei Orgânica”, afirmou.

Segundo ele, a atuação do Comdema é fundamental para assegurar o controle social das políticas ambientais. “A pergunta central é: a quem interessa que não haja participação popular no controle da arborização urbana? Enquanto isso, vai se destruindo a arborização da cidade”, criticou.

Tiago também destacou que a Secretaria de Serviços Públicos, responsável pelas autorizações de corte, tem executado a política de arborização “à revelia do Conselho”. “Temos uma instrução normativa assinada conjuntamente com a

Secretaria do Clima e o Comdema, mas ela não vem sendo respeitada. Continuaremos defendendo as prerrogativas do Conselho e a radicalização da democracia direta”, disse. Nos últimos meses, o Comdema tem participado de análises e vistorias em casos de supressão de árvores autorizadas pela Prefeitura. Em outubro, o Conselho concluiu que uma magnólia-amarela (*Magnolia champaca*) cortada no Cambuí com aval da administração estava saudável.

O caso, que gerou protestos de moradores, motivou a elaboração de um parecer pela Câmara Técnica de Arborização Urbana do órgão.

Para o presidente do Comdema, decisões como a do TJ-SP fragilizam o controle

ambiental e reduzem a transparéncia nas ações do poder público. “O Comdema é o órgão central do sistema de qualidade ambiental do município. Enfraquecer esse papel é enfraquecer a própria política ambiental de Campinas”, afirmou.

No segundo (3), o Comdema concluiu que a magnólia-amarela (*Magnolia champaca*) cortada com aval da Prefeitura, na Rua Doutor Carlos Guimaraes, no Cambuí, estava saudável. O laudo dos engenheiros do Conselho apontou que a árvore não apresentava risco de queda, contrariando parecer técnico da Secretaria de Serviços Públicos. O corte gerou protestos de moradores e levou à suspensão da extração de outra árvore no mesmo endereço.